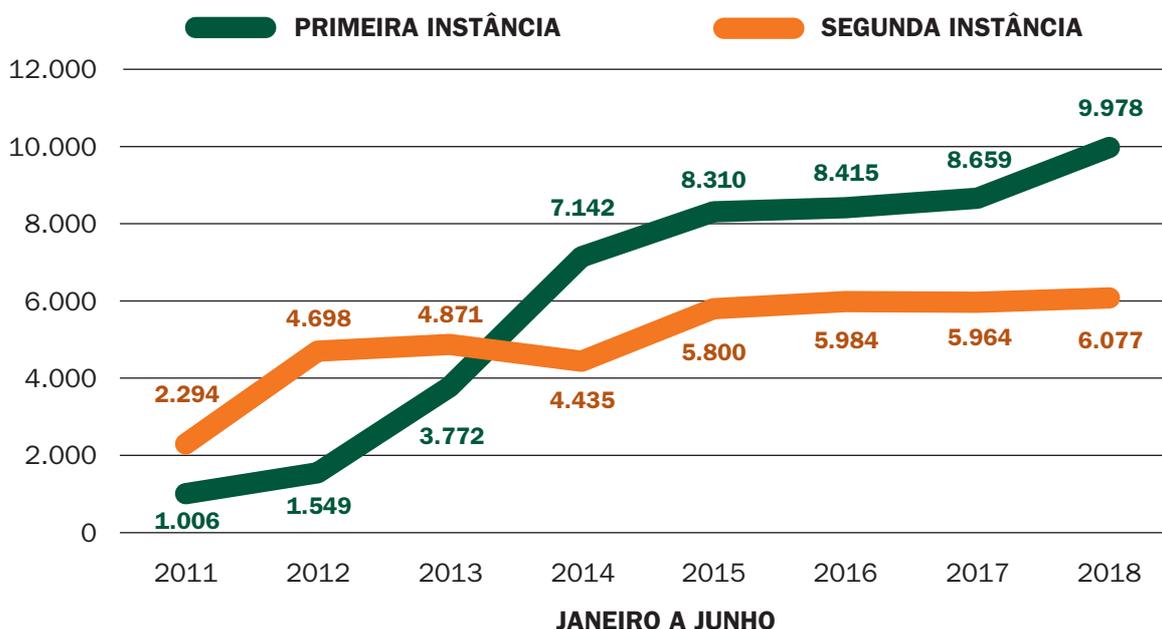


## Foram julgadas mais de 16 mil ações judiciais contra planos de saúde em São Paulo no primeiro semestre de 2018

- Cresce o número de ações (28% do total) contra reajustes de mensalidades
- Recorde histórico: média de 127 decisões judiciais por dia no TJSP
- Mais de 50% das ações reclamam coberturas e tratamentos negados

Nos primeiros seis meses de 2018, de janeiro a junho, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) julgou o total de 16.055 ações contra planos de saúde, sendo 9.978 decisões em primeira instância e 6.077 em segunda instância (Gráfico 1). Isso corresponde a 127,4 decisões por dia em média, levando em conta os 126 dias úteis do Tribunal no semestre. O volume de decisões é o maior já registrado desde 2011, comparando o mesmo semestre a cada ano. Em 2011, entre janeiro e junho, foram julgadas 3.300 ações, número que subiu para 16.055 em 2018, ou seja, um crescimento de 386%.

**GRÁFICO 1** Ações judiciais envolvendo planos de saúde, julgadas em primeira e segunda instância pelo TJSP, no período de janeiro a junho, de 2011 a 2018.



Fonte: TJSP. Scheffer, M. Observatório da Judicialização da Saúde Suplementar (DMP/FMUSP)

A cidade de São Paulo concentra mais da metade dos processos envolvendo planos de saúde em todo o Estado. Das 6.077 decisões proferidas pela segunda instância do TJSP de janeiro a junho de 2018, 3.256 decisões (53,6%) são da Comarca de São Paulo (capital). Em seguida vêm as Comarcas de São Bernardo (272 decisões), Santo André (219), Campinas (171), Santos (156) e Ribeirão Preto (93).

A análise do primeiro semestre de 2018 consolida tendência de crescimento das ações judiciais contra planos de saúde em São Paulo já verificada na avaliação da série de sete anos completos, de 2011 a 2017 (**Quadro 1**).

Em 2017, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) julgou o total de 30.117 ações contra planos de saúde, sendo 18.039 ações em primeira instância e 12.078 em segunda instância. Isso correspondeu a 119,5 decisões por dia, levando em conta os 252 dias úteis no ano. O volume de decisões foi o maior já registrado na série de sete anos considerados. Em 2011 foram julgadas 7.019 ações, ou seja, um crescimento de 329% em sete anos.

#### **QUADRO 1 Ações judiciais envolvendo planos de saúde, julgadas em primeira e segunda instância pelo TJSP, 2011 a 2017.**

Ano	Primeira instância	Segunda instância
2011	2.195	4.824
2012	3.520	11.404
2013	9.777	9.935
2014	15.469	9.499
2015	16.681	11.480
2016	16.367	11.446
2017	18.039	12.078

Fonte: TJSP. Scheffer, M. Observatório da Judicialização da Saúde Suplementar (DMP/FMUSP)

#### **Aumentam ações contra reajustes de mensalidades**

Nos primeiros seis meses de 2018, dentre os julgados de segunda instância no TJSP (6.077 decisões), a maioria continua, como em anos anteriores, relacionada a exclusões de coberturas ou negativas de tratamentos e procedimentos (52% das decisões).

Cresceu, no entanto, o número de ações que mencionam reclamações sobre reajustes de mensalidades, tema presente em 28% das decisões. Os aumentos reclamados são principalmente em função de mudança de faixa etária, de sinistralidade e que envolvem contratos coletivos. Com a diminuição da oferta de planos individuais no mercado, muitos indivíduos, famílias e pequenos grupos passaram a adquirir planos mediante um CNPJ ou por meio de adesão, os chamados “falsos coletivos”. Como o reajuste para esses tipos de planos é liberado, tem ocorrido o aumento abusivo, muito acima do reajuste anual autorizado pela ANS para os individuais, o que tem contribuído para o maior número de ações.

Analisando o primeiro semestre de cada ano, as ações sobre reajustes (**Quadro 2**) cresceram tanto em número absoluto, de 339 em 2011 para 1.743 em 2018, quanto proporcionalmente ao número total de ações julgadas, passando de 14,78% do total em 2011, para 28,68% do total em 2018.

Destaca-se também que em 20 % das ações julgadas no primeiro semestre de 2018, os demandantes são idosos que reclamam negação de atendimento e valor de mensalidades ou são aposentados com dificuldades e impedimentos de manutenção no contrato coletivo.

**QUADRO 2 Ações judiciais envolvendo reajustes dos planos de saúde, julgadas em segunda instância pelo TJSP, no período de janeiro a junho, de 2011 a 2018.**

Janeiro a junho	Julgados em segunda instância	Ações envolvendo “Reajuste”	%
2011	2.294	339	14,78
2012	4.698	773	16,45
2013	4.871	878	18,03
2014	4.435	844	19,03
2015	5.800	1.250	21,55
2016	5.984	1.426	23,83
2017	5.964	1.447	24,26
2018	6.077	1.743	28,68

Fonte: TJSP. Scheffer, M. Observatório da Judicialização da Saúde Suplementar (DMP/FMUSP)

## Judicialização aumenta enquanto diminui número de clientes de planos de saúde

O número de decisões judiciais cresce em ritmo mais acelerado do que a evolução da população que tem planos de saúde (**Quadro 3**). Desde 2015 a quantidade de clientes de planos de saúde, principalmente em contratos coletivos, está em queda em São Paulo e no Brasil, por causa da crise econômica e do desemprego. Em março de 2018 foram registradas 17.308.464 pessoas cobertas no estado, número abaixo das 17.544.330 pessoas com planos de saúde em São Paulo em março de 2011.

### QUADRO 3 Número de usuários de planos de assistência médico-hospitalar no Estado de São Paulo - 2011 a 2018.

Ano	Usuários
2011	17.544.330
2012	17.677.858
2013	18.083.714
2014	18.551.246
2015	18.603.835
2016	17.840.733
2017	17.272.809
2018	17.308.464

**Fonte:** Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). **OBS:** Dados de março de cada ano.

## Resultados das decisões judiciais: mais de 90% favoráveis a usuários

Em estudo anterior do DMP/FMUSP, em seleção de aproximadamente 4.000 decisões de segunda instância do TJSP contra planos de saúde, referente a dois anos (2013 e 2014), conclui-se que em 92,4% dos acórdãos (**Quadro 4**) foi dada razão ao usuário, sendo que em 88% dos casos o pleito foi integralmente acolhido e em outros 4,4% a pretensão foi acolhida em parte. Em apenas 7,4% dos julgados a decisão foi desfavorável ao cidadão.

**QUADRO 4 Resultado de 4.000 decisões judiciais de segunda instância envolvendo planos de saúde na Comarca da cidade de São Paulo do TJSP, 2013 e 2014.**

Resultado das Decisões Judiciais	Total	%
Favorável ao usuário	3.575	88,07
Desfavorável ao usuário	300	7,39
Parcialmente favorável ao usuário	174	4,29
Envolvem prestadores, não usuários	10	0,25

Fonte: TJSP. Scheffer, M. Observatório da Judicialização da Saúde Suplementar (DMP/FMUSP)

### **Decisões judiciais contra o SUS são em menor número**

Entre 2011 e 2017, o TJSP julgou, em segunda instância, mais causas envolvendo planos de saúde (70.772 decisões) do que pretensões relacionadas ao SUS - Sistema Único de Saúde (53.553 decisões).

Neste levantamento exploratório (**Quadro 5**), foram consideradas todas as demandas relacionadas ao Sistema Único de Saúde (SUS), tanto aquelas que solicitam cobertura assistencial, tratamentos, fornecimento de medicamentos, insumos, procedimentos médicos, internações, mas também as que abordam terceirização de serviços, financiamento, vigilância sanitária, controle social, doações de órgãos, dentre outros temas.

Destaca-se que o SUS atende toda a população do Estado de São Paulo, cerca de 48,5 milhões de habitantes, e é responsável pela maior parte dos itens de alta complexidade e pela assistência farmacêutica, que é o principal componente de ações judiciais contra o sistema público. Já os planos de saúde são responsáveis pela assistência médico-hospitalar de aproximadamente 40% da população do Estado. Como a extensão das coberturas e a base populacional atendida pelos planos de saúde são menores, isso indica que, na segunda instância do TJSP, a judicialização da saúde suplementar é mais expressiva que a judicialização do SUS.

**QUADRO 5 Ações judiciais referentes ao SUS e aos planos de saúde, julgadas em segunda instância pelo TJSP, 2011 a 2017.**

Ano	Decisões - Planos de Saúde	Decisões - SUS
2011	4.819	7.683
2012	11.404	6.955
2013	9.935	6.354
2014	9.499	6.325
2015	11.480	7.355
2016	11.447	10.152
2017	12.188	8.729
<b>Total</b>	<b>70.772</b>	<b>53.553</b>

Fonte: TJSP. Scheffer, M. Observatório da Judicialização da Saúde Suplementar (DMP/FMUSP)

Segundo o coordenador do levantamento e professor da FMUSP, Mário Scheffer, “há um padrão bastante consolidado, tanto do aumento constante de novas ações contra planos quanto do comportamento dos juízes com decisões favoráveis aos cidadãos”. Ele afirma que “essa é a ponta do iceberg, pois além de não poder arcar com os custos de advogados, muitas pessoas que têm problemas com planos de saúde, depois de esgotadas as possibilidades junto às operadoras e à ANS, no lugar de acionar a Justiça, buscam diretamente o SUS ou optam pelo pagamento particular, o que tem levado inclusive ao endividamento de indivíduos e famílias”

Para a professora Lígia Bahia, da UFRJ, colaboradora do estudo, “o que chama a atenção é que essa tendência se mantenha inalterada apesar da intensificação das estratégias de empresas de planos de saúde e da própria ANS para convencer o Judiciário a não acatar as demandas por coberturas negadas e reajustes abusivos.”

## **Como foi feito o levantamento e limitações do estudo**

A fonte do levantamento foi o portal e-SAJ (Sistema de Automação da Justiça) do TJSP, que permite consultas sobre a tramitação de processos. Foram acessadas informações tanto das decisões proferidas em 1ª instância (Consulta de Julgados de 1º Grau) quanto em 2ª instância (Consulta de Jurisprudência).

A Primeira Instância ou Primeiro Grau é a porta de entrada do Poder Judiciário, onde tem início os processos contra planos de saúde, que são analisados e julgados por um juiz. Em São Paulo, é constituída pelas Varas e Cartórios, distribuídos em 320 comarcas no Estado.

Caso as partes (o usuário/paciente ou o plano de saúde/gestor do SUS) não concordem com a decisão do juiz de Primeira Instância, podem recorrer à Segunda Instância ou Segundo Grau, que consiste no Tribunal de Justiça de São Paulo, onde o caso é julgado de forma colegiada, ou seja, a decisão é tomada por grupo de desembargadores.

O período do estudo, janeiro a junho de 2011 a 2018, foi estabelecido em função da disponibilidade da consulta no portal e-SAJ do TJSP.

O presente levantamento foi realizado no e-SAJ em julho de 2018. Há pequenas variações de números de decisões conforme a data da consulta, principalmente de anos mais recentes, possivelmente devido à dinâmica de alimentação e atualização do sistema e-SAJ *online*. Tais variações, no entanto, não são significativas.

São distintos os tempos de tramitação de processos nas duas instâncias. Os resultados de primeira instância contemplam sentenças proferidas pelo procedimento comum e também pelos Juizados Especiais Cíveis. É natural que exista maior número de sentenças em primeira instância, pois em muitas ações nem sequer são interpostos recursos. Em alguns períodos, o maior número de acórdãos de segunda instância do que sentenças de primeira instância pode estar relacionado à implantação do sistema digital (e-SAJ) ou a decisões administrativas que repercutem em agilização do fluxo e aumento do volume de julgamentos.

Optou-se por considerar, no mesmo semestre ou no mesmo ano, para quantificar o total de julgamentos, a soma das decisões de primeira e segunda instância do TJSP. Devido ao tempo de tramitação e ao acúmulo de ações, nesses períodos são poucas as chances de ser proferida sentença e decisão de mérito de uma mesma ação. Mas não resta descartada, ainda que remota, a possibilidade de duplicidade do dado de uma mesma ação que possa ter sido julgada em primeira e segunda instância no mesmo semestre ou ano.

Para chegar aos assuntos citados nas 6.077 ações julgadas entre janeiro e junho de 2018 na segunda instância do TJSP foram usados como filtro de pesquisa termos mais frequentes indicados pelo e-SAJ, mais presentes ou reincidentes em todo o texto do acórdão. No entanto, um levantamento detalhado dos assuntos demandados nas ações, assim como dos resultados e argumentos das decisões, requer a leitura manual dos acórdãos, o que tem sido objeto de novos estudos do Observatório da Judicialização da Saúde Suplementar do DMP-FMUSP.

O estudo contabiliza apenas decisões finais (sentença na Primeira Instância e acórdão na Segunda Instância) e que não correm em segredo de Justiça. As decisões liminares e/ou de tutela antecipada, concedidas em julgamento preliminar, embora sejam em grande número, também não foram objeto do estudo, tendo em vista o caráter provisório dessas decisões e a indisponibilidade desses dados para consulta pública. No presente levantamento está subestimado, portanto, o total de ações contra planos de saúde que deram entrada, foram distribuídas e tramitam na Justiça Estadual de São Paulo.

---

**Coordenador:** Prof. Mário Scheffer (DMP-FMUSP)

**Colaboração:** Profa. Ligia Bahia (UFRJ)

**Pesquisadores/Pós-graduandos:** Rafael Robba e Juliana Kozan

---